

Projeto de anistia feito por Bisol preocupa os Ministros militares

BRASÍLIA — A proposta de ampliação da anistia feita pelo relator da Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, José Paulo Bisol (PMDB-RS) foi o principal tema do almoço de trabalho dos Ministros militares de ontem, no Ministério da Aeronáutica. Eles estão preocupados com a proposta, que incorporaria às Forças Armadas todos os militares punidos por atos administrativos entre os anos de 1961 e 1968.

— Não há como absorver militares que estiveram fora da Força por 23 anos seguidos — dizia ao final da reunião o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves.

Exemplificou perguntando a uma jornalista:

— Você entregaria o teu corpo a um médico que estivesse fora da profissão por um período desses? E claro que não. Ele estaria completamente defasado em termos técnicos e você correria um risco desnecessário. O mesmo aconteceria conosco. Estes oficiais não passaram por cursos indispensáveis para uma Força Armada que se moderniza. Hoje, o progresso técnico é tão grande que quem se afasta do Exército por cinco anos não consegue mais adaptar-se às modernizações ocorridas neste intervalo.

O Ministro do Exército também lembrou que a aprovação da medida implicaria em um considerável aumento de custos para o País.

— Isto nos custaria centenas de milhões de cruzados. Como iríamos pagar? Será que esses recursos não seriam melhor aproveitados de outra maneira?

O Ministro da Aeronáutica, Octávio Júlio Moreira Lima, usou outra justificativa:

Possibilidade de um golpe é descartada por todos

BRASÍLIA — Os Ministros militares que participaram da reunião descartaram ontem qualquer possibilidade de golpe contra as instituições civis. O Ministro da Aeronáutica, Octávio Júlio Moreira Lima, foi incisivo:

— Isso é impossível. O que nós militares queremos é o fortalecimento das instituições civis, da Presidência da República e do Congresso. O golpe é uma hipótese inexistente. Queremos a plenitude democrática. O País precisa afastar-se do clima de republiqueta de segunda classe, para assumir o seu lugar de direito.

Indagado se havia um movimento dentro de sua Força "para manter o Brasil no grau de republiqueta de se-



Após o almoço, os Ministros militares e seus assessores confraternizam

— Os que foram afetados pelos Atos Institucionais já foram anistiados e gozam de todas as prerrogativas de um oficial da Reserva. A grande maioria foi promovida ao último posto da carreira, o de Coronel. Os que atingem ao Generalato passam por um outro processo, muito mais complicado, e são uma minoria. Seria totalmente injusto promover ao generalato uma pessoa que passou 23 anos fora da Força, quando centenas de outros, ao final da carreira, não chegaram a este posto.

Moreira Lima lembrou também que os Coronéis da Reserva beneficiados pela Lei de Anistia recebem soldos de Major-Brigadeiro (o penúltimo na carreira de um oficial da Aeronáutica):

— É óbvio que eles não foram prejudicados financeiramente. Por outro lado, já ressarçimos todos os prejuízos que sofreram pelo período em que estiveram afastados da Força.

O Ministro da Aeronáutica consi-

gunda classe", Moreira Lima respondeu:

— As Forças Armadas, inclusive a Aeronáutica, estão afastadas da política.

Um repórter insistiu:

— Mas há comentários sobre articulações feitas pelo Ministro da Aeronáutica do Governo passado, Délio Jardim de Mattos, contra a Nova República.

Moreira Lima respondeu:

— São boatos e não vou acusar ninguém sem provas concretas. A Aeronáutica está tranquila e unida na normalidade democrática. O episódio do Coronel Maciel foi um caso isolado e não representa a opinião da Força. A oficialidade está satisfeita.

derou inviável a proposta do Deputado José Paulo Bisol de anistiar os que foram afastados das Forças Armadas, por motivo político, através de atos administrativos. Isso reintegraria à Marinha os 1.500 praças e cabos participantes do levante do Automóvel Clube, em 1963.

— Isto criaria jurisprudência para que centenas de milhares de homens que cumpriram o serviço militar obrigatório solicitassem uma indenização do Governo. Afinal de contas, todos os recrutas são dispensados através de atos administrativos — disse Moreira Lima.

Os Ministros militares entrevistados garantiram que pretendem usar a "força dos argumentos" para que os constituintes acatem o ponto de vista das Forças Armadas na nova Carta Magna.

Moreira Lima ressaltou:

— Não se pode confundir a força dos argumentos com o argumento da força.

Ainda ontem fiz uma palestra para mais de mil oficiais da área de Brasília e pude constatar o que digo.

O Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, também descartou qualquer insatisfação dentro de sua Força, contra o Governo:

— Isso é invenção sua — respondeu ao repórter que lhe fez a pergunta, acrescentando:

— O Exército está unido na busca de sua profissionalização e na defesa das instituições. Nada interromperá essa marcha. Temos toda a confiança no Governo e na Constituinte e o Plano Bresser, extremamente realístico, melhorará profundamente a situação econômica da população. O Brasil tem tudo para dar certo.

Ulysses libera a entrada no Congresso de servidor que defende o 'gatilho'

BRASÍLIA — A interferência do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, permitiu que dezenas de funcionários públicos de diversos Estados permanecessem ontem nas dependências do Congresso Nacional, onde foram pedir o apoio dos parlamentares para o pagamento dos gatilhos atrasados e para a manutenção desse sistema de aumento salarial.

Ulysses precisou agir porque o Serviço de Segurança, obedecendo solicitação do Congresso, tem ordens de impedir a entrada de pessoas que não estejam usando paletó e gravata ou que não estejam devidamente credenciadas. Atendendo ao pedido de alguns Deputados que foram procurados pelos servidores, Ulysses permitiu a entrada de todos, solicitando apenas que não fizessem muito barulho para não prejudicar o trabalho dos Constituintes.

Os servidores chegaram cedo ao Congresso e conseguiram fazer, pela manhã, um pequeno comício no Sa-

UDR promete grande pressão na votação da reforma agrária

SÃO PAULO — O Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, pretende reduzir o poder de ação de um grupo de Constituintes que ele chama de "esquerdistas de boutique" quando a Comissão de Sistematização estiver votando, provavelmente a 10 de julho, a proposta de reforma agrária. Para isso procura mobilizar, segundo disse, os 114 mil proprietários de terras associados à entidade para uma concentração na

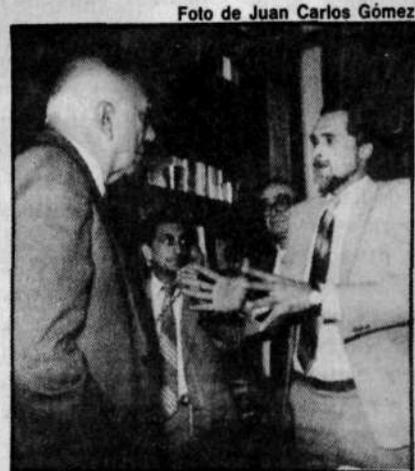
lão Verde, que é a ante-sala do plenário da Constituinte, onde defenderam suas posições. Depois, rumaram para o Supremo Tribunal Federal, onde será julgada a inconstitucionalidade do pagamento do gatilho salarial para os servidores públicos. A tarde, voltaram ao Congresso, quando se defrontaram com a proibição.

Os servidores, então, pediram a interferência dos Deputados Eduardo Jorge (MG), José Genoíno (SP) e Vitor Buaiz (MG), todos do PT, que se prontificaram a suspender a proibição. Como o responsável pela segurança disse que cumpria ordens do Congresso, os três foram conversar com Ulysses, que acabou liberando a entrada de todos.

Câmara dos Deputados.

Caiado decidiu iniciar sua campanha em Barretos, no interior de São Paulo, onde hoje deverá defender a idéia da concentração. Ele afirmou ontem que a UDR está preocupada com as "manifestações extremistas, tendenciosas e radicais de Deputados ligados ao Senador Mário Covas".

— A esquerda travestida está fazendo um jogo baixo e violento, chefiada pelo Mário Covas.



Ulysses atende o pedido de Genoíno